



AVALIAÇÃO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CAMPO COM DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise na perspectiva da Educação Inclusiva

Magnólia Maria Oliveira Costa.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN.

magnoliamarinho@hotmail.com.

Helane Silvério Maia de Paula.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN.

helanemaia@hotmail.com.

Ana Lúcia Oliveira Aguiar.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN.

oliveiraaguiarpetro@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo: Conhecer os processos avaliativos que favorecem a inclusão, visto que as pessoas com deficiência, estão em salas regulares e tem direitos iguais, a inquietação parte do princípio de que o tema educação inclusiva e avaliação tem ganhado relevância nos estudos e pesquisas. Nesse sentido, há muito tempo tem se falado da relação teoria e prática, partindo do princípio que, de nada adianta ler, pesquisar, se as ações continuam da mesma maneira. É preciso atitude para modificar velhos conceitos e atuar com pensamentos novos, desejando o sucesso, mesmo com as dificuldades em lidar com as questões próprias de cada contexto, Para contribuir como o estudo busca-se embasamento em autores: Luckesi, Libâneo, Perrenoud e outros para atender o interesse da pesquisa que será enveredado no viés bibliográfico e de campo com abordagem qualitativa de cunho explicativo e do tipo analítica. A pesquisa em campo contará com o relato de dez professores, cinco da rede privada e cinco da rede pública, situados nos estados do Ceará, na cidade do Aracati e Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró, os relatos se processaram através de entrevistas com questões abertas. Os resultados mostraram que: a avaliação deve acontecer para todos cabendo às adequações para cada realidade; a avaliação precisa ter coerência e justiça para os seus fins. Ainda que, se faz necessário ser inclusiva de acordo com cada necessidade para que assim possa realmente existir a inclusão de todos os educandos, bem como seu desenvolvimento intelectual e cognitivo.

Palavras- chaves: Avaliação; Inclusão; Prática docente; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o processo de avaliação escolar tem sido concebido como desencadeadora de exclusão, principalmente quando se baseia em pressupostos objetivistas, quantitativos, de mensuração (HOFFMANN, 2006, p. 11). Também tem sido utilizado o termo avaliação excludente para se referir a um “tipo” de avaliação que exclui, que coloca à margem da escola uma multidão de alunos, que se veem destituídos do direito à educação. Assim, ganhos e



perdas estiveram atrelados aos processos educacionais que perpassam pelo ensino, pela aprendizagem e culminam na avaliação- esse conceito receberá uma maior atenção na pesquisa.

Nesse sentido, há muito tempo tem se falado da relação teoria e prática, pois entendemos que de nada adianta ler, pesquisar, se as ações continuam da mesma maneira. É preciso atitude para modificar velhos conceitos e atuar com pensamentos novos, desejando o sucesso, mesmo com as dificuldades em lidar com as questões próprias de cada contexto.

Diante disso questiona-se: **Que processos avaliativos podem levar os professores a ações inclusivas?** Com o intuito de responder a esse questionamento partimos de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, a luz dos renomados autores Luckesi (2005), Libâneo(1994), Perrenoud (1999) e outros, e, de campo, de cunho explicativo do tipo analítico, na qual nos utilizamos de um instrumento de coleta constituído por uma entrevista estruturada com questões abertas. A entrevista é direcionada a um grupo de dez professores, cinco da rede pública e cinco da rede privada que atuam no Ensino Fundamental. Sendo cinco (05) do Estado do Ceará e cinco (05) do Rio Grande do Norte.

Neste sentido, o principal objetivo da pesquisa é: Conhecer os processos avaliativos que favorecem a inclusão. Para acrescentar ainda mais a pesquisa pretende-se: Argumentar sobre os processos avaliativos e sua relação com a inclusão; Identificar os tipos e conceitos de avaliação que não são consideradas inclusivas e, por último apresentar através do relato dos docentes as diversas atividades avaliativas com vistas numa avaliação inclusiva. É preciso compreender que os caminhos são muitos para o aprendizado, por esta razão é imprescindível procurar significado ao processo educacional e resultar em boas consequências rumo ao sucesso e descoberta de novos saberes.

AVALIAÇÃO E INCLUSÃO

A avaliação é um tema que tem trazido inúmeras discussões quanto ao seu desenvolvimento, instrumentos, finalidade, dentre outros. Em relação à avaliação para os alunos com necessidade educacionais especiais (N.E.E) não tem sido diferente, mas vale esclarecer que as novas perspectivas de avaliação não resultaram, na prática em mudanças efetivas. Ainda hoje o modelo de avaliação como medida ainda tem sido utilizada como instrumento de poder, de controle, de exclusão, de classificação tanto por parte da equipe escolar, bem como dos pais e do sistema social.



Assim, o professor como detentor do saber numa medição quantitativa, teria que avaliar se os alunos estavam aptos ou não para as próximas etapas dos estudos. A educação tradicional perdurou por anos, somente com a inserção das ideias dos escolanovistas, dentre eles Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anízio Teixeira, que propuseram mudanças nas políticas educacionais para democratização do ensino, na prática pedagógica e tendo como principal objetivo aprender a aprender, com ações didáticas voltadas para o aluno, foram se abrindo espaços para reflexões e transformações no contexto educacional brasileiro.

Unindo a história, ações, pesquisas e contribuições, o ensino-aprendizagem foi ganhando novas formas, assim como a avaliação, que tem sido tema de bastante abrangência, visto que está totalmente ligado ao fazer pedagógico. Com o embasamento dos vários autores em diferentes períodos, serão apresentados alguns conceitos:

Para Luckesi a avaliação deve levar em consideração o processo e o produto e servir como um instrumento de realinhamento de condutas a fim de se atingir os objetivos almejados, sem exclusão, julgamento ou estigmas.

Nessa mesma direção, Esteban (2004, p. 134) aponta que: “A avaliação faz parte do ato educativo, do processo de aprendizagem. Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos.” Disso decorre a necessidade de conhecer cada aluno em sua completude e complexidade para respeitar sua singularidade e auxiliar no processo de aprendizagem com interferências justas e coerentes.

No que rege e orienta a prática docente no Brasil, a avaliação segue a mesma linha de pensamento dos autores citados. De acordo com a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), quando tratada avaliação na Educação Básica, no Artigo 24, inciso V, diz que: A verificação do rendimento escolar observará o seguinte item: “a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais.”

Com base nos documentos legais e nos estudos que apontam para um processo avaliativo inclusivo, a escola precisa estar envolvida com o pensamento inclusivo, conforme aponta Dens (1998) para o papel de educadores: (a) reorientar o processo ensino-aprendizagem; (b) garantir formação continuada de todos os que trabalham na comunidade escolar; (c) encaminhar os educandos aos atendimentos de que necessitam, em benefício de sua aprendizagem e participação; (d) prover os recursos necessários à melhoria da qualidade de sua resposta educativa e, (e) criar as



condições necessárias à inclusão, a partir da mudança de atitudes frente às diferenças, pois a valorização da diversidade está na base de todos os movimentos pela inclusão (DENS, 1998 apud CARVALHO, 2003).

Além destes, é interessante acrescentar que uma avaliação inicial para conhecer o perfil dos alunos pode ser grande aliada do processo ensino aprendizagem:

Apesar destes subsídios para educadores não se pode deixar de lado a avaliação diagnóstica das equipes multidisciplinares da área da saúde. Bem como está disposto nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica: “Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, à escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e de aprendizagem, contando”, para tal com: I- a experiência de seu corpo docente, diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais; II- o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema; III- a colaboração da família e a cooperação dos serviços de saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (Art.6º).

De acordo com os argumentos acima, a pesquisa interessa-se em disseminar as ideias e ações das possibilidades de realização de uma educação inclusiva, desta maneira o tópico pode evidenciar que a avaliação deve acontecer para todos, cabendo as possíveis adequações as diferentes realidades, além de reforçar o valor da avaliação para o desenvolvimento coerente e justo do processo educativo. O próximo tópico fará o inverso, ou seja, identificará as práticas avaliativas excludentes e os conceitos errôneos da avaliação.

AValiação e Exclusão

Seguindo a lógica dessa proposta a avaliação deve anteceder, acompanhar e suceder o processo de ensino aprendizagem, produzindo informações sobre o progresso educacional dos alunos e a reflexão do trabalho pedagógico, sustentando ações de melhoria baseados na ética e no respeito as diferenças.

Considerando a escola como ponto de partida para formação de uma sociedade inclusiva, cada vez mais se discute a mudança de concepções e práticas escolares baseadas na transmissão cumulativa de conhecimentos e em avaliações padronizadas, pautada em um alcance de desempenho igualitário e ideal. Uma avaliação classificatória nos permite apenas quantificar os alunos em aprovados e reprovados, ou seja, a percepção de diversidade, a construção do diálogo, o



desenvolvimento da autonomia crítica, a subjetividade, não fazem parte desse processo, gerando assim a visão das disciplinas como fragmentos isolados.

De acordo com Libâneo (1994, p.198) “a prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada, sobre tudo por reduzir-se a função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram na prova”. Este tema vem gerando discussão entre os educadores, pela simples necessidade de se pensar numa prática de investigação sobre o progresso educacional dos alunos, afastando-os da concepção lógica de homogeneidade, da prática de rotulação dos que sabem mais ou menos, devemos perder a ilusão de que todos aprendem do mesmo jeito e ao mesmo tempo.

O processo avaliativo não deve ocorrer por meio da categorização, a aprendizagem deve ser o foco principal das atividades escolares, desempenhando um papel integrador que enfatize a igualdade de oportunidades oferecidas pelas escolas. Todavia, não basta estabelecer métodos e técnicas de ensino para cada deficiência, devemos priorizar o desenvolvimento das habilidades/potencialidades, não basta apenas respeitar as diferenças, é preciso criar mecanismos de apoio, comprometendo-se com a transformação coletiva sobre o cotidiano escolar.

Considerando a relação mútua entre os aspectos qualitativos e quantitativos, as escolas tem praticado exames escolares, em vez de avaliação da aprendizagem, CHUEIRI (2008) apud (LUCKESI 2003, p. 11) afirma: historicamente, passamos a denominar a prática de acompanhamento da avaliação da aprendizagem do educando de “Avaliação da aprendizagem escolar”, mas, na verdade, continuamos a praticar “exames”. Ou seja, a avaliação como prática do erro ou do acerto, traduzindo a lógica social da exclusão.

De acordo com Carneiro (2003) Podemos citar algumas medidas excludentes de reação das escolas a diversidade “Admite alguns alunos; Classifica-os, rotula-os; Ensino dicotomizado: especial e regular; Aprendizagem competitiva; Primado da instrução; Apoio a parte e para alguns; Currículos adaptados pelo professor”. A tradicional formação docente, nos trazem uma percepção do processo de ensino e aprendizagem, com foco na existência de um método universal, comum a todos, como forma de poder do trabalho pedagógico.

Essas práticas pedagógicas configuradas como ensino, provoca a exclusão dos alunos, que ao se sentirem desmotivados, descontextualizados do ambiente escolar, geram indisciplina, evasão e discriminação. Propor situações de aprendizagem de maneira contextualizada, sem preconceitos e com atrativos motivacionais, tem sido um desafio cada vez maior, pois requer uma transição da prática transmissora para uma prática significativa.



Com a educação inclusiva, os professores da classe comum do ensino regular, a escola regular, passam a ter um “novo alunado”: “alunos especiais”, “pessoas com deficiência”, “pessoas com necessidades educativas especiais”, estudantes! Estudantes que começam a frequentar, a pertencer às escolas da sua comunidade, onde seus irmãos, primos e vizinhos estudam. A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado Sasaki (1997, p. 123).

A importância dessa reflexão está na oportunidade dos professores reavaliarem seu planejamento, trocando experiências, sobretudo aprofundando conhecimentos referentes à aprendizagem em meio à diversidade. A exclusão não pode ser vista como algo individual, própria de cada aluno, também não nos cabe responsabilizar somente o professor, que muitas vezes não está preparado para o rompimento das fronteiras sobre os aspectos conceituais e procedimentais. Repensar os paradigmas da avaliação é rever a educação como um todo, onde evidencie a formação de redes de apoio, a integração de saberes, a autonomia do sujeito, enfim, requer uma renovação na estrutura educacional.

Na busca de superação dos dilemas que se apresentam no processo de inclusão a escola é o espaço no qual o poder disciplinar produz o saber, assim “uma proposta de inclusão deve ser analisada dentro do contexto que vivemos (...), nosso sistema precisa buscar soluções para a conveniência na diversidade, favorecendo-a e derrubando todo tipo de barreira física, social e psicológica, que o impeça” Silva (p.221, 2011).

Sendo a avaliação parte integrante do processo de ensino aprendizagem e não uma etapa isolada Libâneo (1994), cuja compreensão requer uma nova visão da escola, onde o professor, considerando como ponto de partida os conhecimentos prévios e ao conhecê-lo, estabelece quais atividades poderão ser aplicadas para atender as especificidades do aluno, articulando os conhecimentos sistematizados com as condições concretas de vida, interesses e necessidades.

2.2 RELACIONANDO TEORIA E PRÁTICA À LUZ DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS

Os entrevistados terão seus nomes preservados, os quais, denominaremos de P1, P2, P3, P4, P5, P6. Onde cinco (03) são da rede Privada do Estado do Ceará (CE) e (03) da rede Pública do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Os mesmos responderam perguntas sobre a avaliação e inclusão nos espaços escolares, as quais trataremos na íntegra para efetivar nossa pesquisa. 1-



Como se relaciona avaliação e inclusão? 2- Sabe se que o aluno com N. E. E deve ter um plano de aula adaptado. E quanto à avaliação o que você faz? 3- Dê exemplos seus de processos avaliativos inclusivos.

Explica-se que o novo paradigma em “avaliar não é apenas para constatar, mas, sobretudo analisar interpretar, tomar decisões e reorganizar o ensino” (SILVA, 2002). Esse procedimento para os teóricos seria o ideal para a prática avaliativa, em que ambos (professores e alunos) fossem avaliados continuamente, a fim de chegar aos melhores resultados no ensino- aprendizagem.

Vale entender que para Luckesi esta política empregada nas práticas avaliativas levam os alunos ao fracasso e ao sentimento de incapacidade e de se sentir inferior aos demais por vezes. Para ele há mais pontos negativos que positivos. Além disso, os professores também precisam ser constantemente avaliados, pois para que os resultados com as aprendizagens aconteçam, ambos, professor e aluno, precisam refletir sobre suas ações.

A primeira pergunta foi: Como você relaciona a avaliação e a inclusão?

ESCOLA PRIVADA

P1: Professora da Educação infantil.

Q1- Acredito que avaliação e inclusão estão interligadas, pois de certa forma se não houver inclusão não terá o que avaliar. Sabemos que a avaliação é um processo permanente e contínuo, então, de início precisamos aceitar e conhecer o aluno, em seguida avaliar o mesmo da melhor forma possível de acordo com suas necessidades.

Q2 - Avalio de acordo com suas limitações através da observação como faço com todas as crianças, vejo o desempenho deles dia a dia, e se as minhas intervenções pedagógicas estão alcançando os objetivos desejados. Na verdade tudo que acontece na aula e avaliação, avalio tudo desde o momento inicial até o final.

Q3- Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem. Adaptação e socialização a fim de que todas as crianças sejam avaliadas. A utilização do portfólio, pois o mesmo permite avaliar a produção individual do aluno e analisá-los através das atividades.

P2: Professora do 1º ano (Ensino fundamental)

Q1- Avaliação e inclusão são alvo de constante discussão, podendo ser destacado como um dos grandes desafios da educação.

Q2- Acompanho de acordo com suas necessidades e dificuldades, levando em consideração a contextualização e fatos vividos pelos mesmos. A partir do momento que passo a conhecê-los, o processo avaliativo precisa ser pensado para fazer a diferença. Procuro conhecer o processo de



aprendizagem deles, os recursos necessários a utilizar, formas de registro e até seu relacionamento com os colegas para em seguida trabalhar no foco da dificuldade.

Q3- Elaboração e planejamento e atividades diferenciadas. Análise das atividades identificando as conquistas e dificuldades. Avaliar a necessidade da questão da autonomia. Estimular a aprendizagem através da troca de conhecimento com outros colegas.

P3: Professora de Matemática do ensino fundamental II

Q1- A avaliação é um método que se usa nas escolas para que o professor possa avaliar o seu aluno e sua própria prática. Relacionando à inclusão, o aluno com N.E.E pode sim participar do processo, pois o professor precisa adaptar a avaliação de acordo com sua necessidade.

Q2- O planejamento didático deve ser planejado de acordo com a necessidade do aluno, por exemplo tenho uma aluna cadeirante e para que ela participe e escreva na lousa faço as questões numa altura que seja proporcional a ela.

Q3- A avaliação pode ser de acordo com a necessidade que o aluno apresenta. Se o aluno não escreve a avaliação pode ser oral, recortes, colagem, sempre atendendo o nível do aluno.

REDE PÚBLICA

P4- Professor de Língua Portuguesa e Ensino Religioso. A avaliação e inclusão mantem uma intensa parceria para um bom resultado do processo de ensino-aprendizagem. As mesmas se relacionam de uma forma que traçam um único objetivo. A inclusão vem promover um espaço igualitário a todos que apresentam NE (Necessidade Especial). Na educação inclusiva, a avaliação de ser feita de acordo com as potencialidades e conhecimentos dos alunos com NE, para que os mesmos se sintam capazes. A avaliação, assim ensina como o plano de aula, deve passar por uma ressignificação, estando de acordo com a realidade, bem como, com as habilidades dos alunos com NE. Trabalho o lúdico com: Slides; Figuras, Material concreto que facilita a compreensão.

P5- Professora e interprete da língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A avaliação deve ser continua, com isso possibilita ao aluno diversas maneiras deles demonstrarem o que foi compreendido no processo educacional quando se oportuniza ao aluno avaliações continuas conseguimos ver uma evolução, principalmente nos estudantes alunos com necessidades educacionais especiais – NEE, que independente das suas limitações consegue demonstrar o que foi absorvido na sala de aula e não os limitam a uma avaliação tradicional.

P6- Professor de Matemática. Acredito que toda avaliação deve ser inclusiva e acho também que é o professor quem faz essa inclusão acontecer de acordo com seu planejamento. Eu acho que se o



professor fizer um plano diferente para cada aluno de acordo com sua limitação, vai estar excluindo o plano deve ser inclusivo, então enquanto professores devemos fazer um plano só que contemple a todos. Desenvolvo atividades com: Gravuras, Slides, Trabalho também com o concreto como jogos e brincadeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos evidenciar a partir das respostas dos entrevistados que para que todo processo avaliativo deva ser contínuo, todos concordam que se não houver essa interação entre docentes e discentes não há processo de aprendizagem. Apontam também que trabalham com o lúdico para desenvolver a inclusão, que é preciso que os educandos tenham rotinas e demonstrem sua aprendizagem da forma como ela se apresenta significativa para os alunos.

É possível observar que se faz necessário conhecer as dificuldades individuais, bem como perceber a forma em que o aluno interage no conteúdo que está sendo ministrado. Assim o professor poderá de forma autêntica identificar as várias maneiras que despertem a aprendizagem do aluno. Apoderado dessa interação da vivência do aluno, o mesmo poderá auxiliar e fazer intervenções pontuais quando houver necessidade, bem como respeitar o tempo e as limitações de cada um. Fazer relação dos conteúdos escolares e a vivência do aluno como meio de facilitar a aprendizagem e, estimular a ajuda mútua através de trabalhos coletivos. Observação dos registros orais e escritos diariamente para acompanhar os avanços e definir quais instrumentos avaliativos, dentre tantos, devem ser utilizados.

Por fim, para que realmente se implante nas escolas o processo de avaliação inclusiva é preciso uma integração de toda a comunidade escolar, sabendo-se que a tarefa mais importante é a do professor, pois ao mesmo cabe, entre outras coisas, planejar as aulas cotidianamente; reelaborar e atualizar meus conhecimentos; estabelecer com clareza o que será avaliado; dar ao aluno o direito e questionar, duvidar e errar; considerar o erro como um dos indicadores do nível de aprendizagem; valorizar os acertos do aluno, incentivando e elevando sua autoestima; estimular e incentivar os alunos a superar os desafios, levando-os a perceberem suas potencialidades e habilidades.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS



Faz-se necessário a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa fundamentada, de caráter explicativo, e as entrevistas com também abordagem qualitativa do tipo analítica.

Num primeiro momento, foram feitas leituras e coletas de material para pesquisa à luz dos autores citados e outros, com objetivo de subsidiar este estudo. A entrevista estruturada e aberta foi o instrumento para coleta dos dados. A população e amostra foi com os professores do Ensino Fundamental I e II (10) da rede municipal e privada de ensino de Aracati/ Ceará (rede privada num total de 5) e Mossoró/ Rio Grande do Norte (rede municipal num total de 5), que são os participantes envolvidos com o processo de ensino aprendizagem e avaliação.

A análise das falas foi efetuada com auxílio da fundamentação teórica que embasou a reflexão dos discursos provenientes dos entrevistados, onde se pode relacionar o assunto da pesquisa com a prática dos professores.

A pesquisa trouxe contribuições significativas tanto nas questões teóricas como práticas ao referir-se ao tema avaliação e inclusão para os processos educativos coerentes, justos e inclusivos. Pois suscita de contribuição para os professores que tratam da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos mostra que a avaliação tem causado alguns estragos no sistema de ensino, gerando exclusão e inclusão de caráter meramente classificatório, não reproduzindo o que os alunos realmente aprenderam, nem tão pouco as dificuldades encontradas no percurso. Sabemos que às práticas escolares reproduzem os valores e a ética estabelecida pela sociedade, por isso nós professores devemos estar preparados, para exercer um novo papel, estendendo-se no sentido de compreender a realidade e aprimorar os mecanismos avaliativos, procurando sempre adequá-los às necessidades dos alunos.

A discussão sobre a avaliação e inclusão, é um tema bastante discutido, constituindo permanente desafio para o docente que visa romper a relação de controle e poder, comprometendo-se com uma prática de investigação educacional, como meio de transformação da ação pedagógica.

Quando nos referirmos a avaliação das pessoas com necessidades especiais, é notório a precisão de atualização de conceitos e práticas avaliativas tradicionais, identificando as potencialidades dos alunos, acolhendo o educando, desenvolvendo a capacidade autocrítica, mediante exercícios de auto-avaliação nos processos de ensino aprendizagem.



A guisa de conclusões, compreendemos que o processo avaliativo de uma escola, independente da proposta pedagógica, tem como objetivo o avanço e a compreensão do aluno de acordo com o ano em que o educando esteja. Assim a avaliação precisa ser analisada num processo amplo, nas falas dos educandos, argumentos, perguntas debates, nos desafios em busca de opções e conquistas de autonomia. O conhecimento dos alunos é adquirido com a interação com o meio em que vive e as condições deste meio de forma evolutiva a partir de uma maturação. O meio pode acelerar ou retardar esse processo. Compreender essa evolução é assumir compromisso diante das diferenças individuais dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 20.

CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem. 3. ed.. Porto Alegre/RS: Mediação, 2003.

CARNEIRO, Rosane; ABAURRE, Ney Wyse; SERRÃO, Mônica Arrão. Transversalidade e inclusão: desafios para o educador. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a Avaliação Escolar. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008 Disponível em:
<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/viewFile/2469/2423> Acesso realizado em 18 Jul 2016.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um novo olhar para avaliação e o planejamento de ensino. / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini e Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, organizadoras. – Bauru: UNESP/FC, 2012. (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). 121 p. il. V. 4

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Saraiva, 1996.

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho pedagógico e da Didática. 7ª Ed. Campinas – SP, Papirus Editora, 1995.

FRIAS MAE, Takahashi RT. Avaliação do processo ensino-aprendizagem: seu significado para o aluno de ensino médio. Rev. esc. enferm. USP vol.36 no. 2 São Paulo June 2002 disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342002000200008> Acessado em 13 de Abril de 2014.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 410 p. – (Série legislação ; n. 76)

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo, Cortez, 1995.

SILVA, Silvana Lúcia de Araújo. Por uma Pedagogia da Inclusão: Conceitos são re significados na formação do professor. In: ANDRADE, Francisco Ari; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Formação de professores e Pesquisas em Educação: Teorias, metodologias, práticas e experiências docentes. Fortaleza: Edições, UFC, 2011.